



SEGURANÇA NACIONAL E SOCIEDADE SOLIDÁRIA

Luiz Carlos Aliandro

SEGURANÇA E ASSEGURAMENTO

O país se fortalece na proporção em que se estabelecem, entre os nacionais, ideais e objetivos comuns que propiciem maior coesão interna. E a coesão interna se assenta no respeito aos mesmos valores morais e éticos. Sobre essa base comum é possível a discussão, o entendimento e a concórdia sobre o modo de conduzir o acidental, pois a democracia e, antes de tudo, a participação intensa das comunidades nas decisões nacionais. Mas o homem é o mesmo, desde sua remota origem, na sua grandeza e na sua miséria; e somar a grandeza de cada um e conviver com a miséria humana é tarefa da sociedade democrática. Hoje, a violência é tão rude e brutal como nos tempos bíblicos: violência indivi-

dual, violência social e violência entre nações.

O relacionamento entre as nações confronta-se, de um lado, com a tendência globalizante dos fenômenos econômicos e sociais, num mundo cada vez mais interdependente, e, de outro, com nacionalismos egoístas. Felizmente, o Direito e a Democracia apresentam extraordinário progresso no sentido de ser minimizada a violência em todos os níveis. O Direito, protegendo os fracos. A Democracia, protegendo as minorias.

Como existem os antidemocratas, ao nível da sociedade dos indivíduos e ao nível das nações, que preferem, pela sede de poder ou do poder, ou quando as divergências são de monta, volatizar as leis, eliminar o antagonista, a deixá-lo praticar seus ideais e advogar

seus direitos, então, a Democracia tem de ser forte para fazer frente ao arbítrio.

Por tudo isso, avulta que deve ser generalizado o estudo das medidas de defesa da Pátria, vale dizer, defesa do patrimônio cultural, defesa do patrimônio moral e ético, defesa do patrimônio territorial e ecológico, defesa das instituições e da Soberania.

No passado, havia um escalonamento nítido no tempo, entre o preparo, a mobilização e a guerra; hoje, além da concomitância dessas fases, tornou-se mais evidente a participação da nação, como um todo, no conflito. Hoje, a guerra atinge tudo, penaliza a todos; por isso, a paz é problema de todos e de cada um. E vale aqui repetir as palavras de Paulo VI na sua "Mensagem para a Celebração do Dia da Paz", de 1976: "O Desarmamento ou é atuado por todos ou então é um delito, por falta de defesa: a espada no conceito da humana convivência, como está se processando histórica e concretamente, não tem porventura sua razão de ser, para a Justiça e para a Paz? Sim: isso devemos admitir-lo".

Não é agradável o trato do seguro de vida, por subentender a morte. É oneroso o trato da defesa, por subentender a agressão e a guerra. As forças devem ser armadas pelo povo desarmado, para sua defesa. No momento de crise é válido cobrarmos eficiência, efetividade e eficácia das Forças Armadas, mas também deve ser válido, em tempo de paz, buscando a paz, delas não descuidarmos, pois, pelo descuido, estabeleceremos uma

posição de fraqueza que não nos permitirá exigir justiça nas questões internacionais, não nos permitirá garantir direitos e, o que é mais grave, não poderemos defender a própria Soberania. E a definição dos antagonismos, das pressões, dos inimigos existentes ou potenciais, das hipóteses plausíveis de conflitos — tudo isso para dimensionar, adequada e corretamente, as onerosas medidas e meios de defesa — é atribuição dos Poderes da República.

Ocorre, então, a necessidade de ser atribuída a uma instituição, especialmente vocacionada, o estudo dos fundamentos teóricos da Segurança e o equacionamento descompromissado de respostas às questões correlatas. Eis a gênese da Escola Superior de Guerra.

E daí porque o documento mais importante que ela produz ser uma proposta de "Conceito Estratégico Nacional", onde são definidos objetivos, políticas e estratégias, em decorrência dos quais serão estabelecidas estruturas muito bem definidas, e serão alocados meios adequadamente dimensionados.

A parte nobre do Conceito Estratégico Nacional se consubstancia na definição das Hipóteses de Guerra. Em decorrência delas, determinam-se necessidades, confrontam-se possibilidades e são previstos os recursos e as medidas a serem ativadas em caso de concretização de uma ou mais delas, mesmo que esta destinação represente uma postergação de atendimento de reclamos da Nação, de outras origens.

A explicitação correta das Hipóteses de Guerra permite o exato dimensionamento do sacrifício nacional em homens e meios, evitando-se o erro, seja por falta, que seria o desastre nacional, seja por excesso, que poderia reduzir o ritmo de prosperidade do País.

O Conceito Estratégico Nacional é um documento político, cabendo ao Poder Político sua formulação, pois que abrange um período do próprio destino da Nação, nos planos nacional e internacional. É a Escola Superior de Guerra subsídio tanto estudando o método e a técnica para essa formulação como apresentando uma proposta.

É de grande substância o seguinte trecho da Ordem do Dia referente ao XXXVI Aniversário do EMFA.

"Aqui e nos órgãos subordinados, em especial na Escola Superior de Guerra, juntos trabalhamos marinheiros, soldados, aviadores e civis com o firme propósito de coordenar o esforço comum do braço armado da Nação no sentido de que se realizem as aspirações e os interesses maiores de nossa gente, visando à paz e à tranquilidade, mas pensando na guerra".

Como as agressões ao Poderio Nacional são múltiplas, atingindo-o por todos os seus lados e áreas de interesse, as medidas de "asseguramento" devem ser estudadas, equacionadas e executadas pelos setores específicos atingidos, sendo que, embora os ângulos de visão e as ações resultantes sejam peculiares, todos partem, iluminados

pelo mesmo farol, qual seja o Bem Comum, e se encontram no mesmo resultado: a Segurança e o Desenvolvimento para a Nação Brasileira.

São centros de irradiação de idéias sobre Segurança e Desenvolvimento, com enfoques distintos:

- a Escola Superior de Guerra;
- os Institutos de Ciência Política, Econômica e Social;
- as Universidades, e os
- Centros de Estudos de Política Internacional e de Estratégia.

São instituições que se haurem da mesma fonte, se unem num mesmo caudal e tendem para o mesmo fim. E vale aqui lembrar que a Escola Superior de Guerra foi e é estruturada sobre quatro pilares, representados pelos quatro Assistentes do Comando; um da Marinha, um do Exército, um da Aeronáutica e, significativamente, um do Ministério das Relações Exteriores.

É a visão de que a solução pacífica das controvérsias deve reger as relações internacionais e que a guerra, tão terrível, principalmente para os profissionais que a estudam, é realmente a última razão, na certeza de que só se tornam estereis os males que a paz anula. É, ainda, a materialização do desejo de tomar a Paz como meio e não apenas como fim, buscando a "Paz Justa" ao invés da "Guerra Justa".

Após a Primeira Grande Guerra, tornou-se mais evidente e contundente que a guerra não seria mais tarefa só de militares, mas que envolveria a Nação como um todo e utilizaria todos os recursos disponíveis. Esta constatação levou o

Império Britânico, por volta de 1922, baseado em estudos do "Imperial Defense Committee", presidido por Winston Churchill então Secretário de Estado para as Colônias, a iniciar a ampliação dos estudos das Escolas de Estado-Maior, a determinar o amálgama das diversas Escolas singulares, e proporcionar íntima participação dos civis, providências que culminaram com o estabelecimento do então "Imperial Defense College" que, na palavra de seu primeiro Comandante, em 1927, tinha a seguinte missão:

"Estudar como o poderio das Nações que compreendem o Império pode ser orientado para sua defesa, incluindo não só suas Forças Armadas em cooperação, mas aplicando todos os recursos que constituem o poderio dessas Nações — *economics, commerce, geography of manufactures, command of markets, etc.* O objetivo é dirigir a atenção para um campo mais amplo do que o da operação de forças navais, exércitos e forças aéreas, treinando os cursantes para utilização do poderio nacional em todas as suas formas.

A pretensão não é prepará-los para o planejamento detalhado de operações militares, mas fazê-lo conhecer tanto a interdependência entre as forças singulares, como entre elas e a conduta política da Nação e, ainda, de que maneira elas são afetadas pelos problemas de suprimentos e utilização de recursos do Império".

Ao fim desse primeiro curso, assim relatou o Comandante:

"Penso que, embora os trabalhos realizados tenham sido em caráter experimental, registrou-se que os militares e civis cursantes ficaram alertados para a necessidade do estudo dos problemas da guerra de modo global e verificou-se que foi fácil para os militares, trabalhando juntos continuamente, discutir e chegar a acordo sobre matérias que trazem embutidos aspectos polêmicos".

Cinqüenta anos após a fundação do IDC, assim se referiu o *Chief of Defence Staff*, traduzido de modo resumido:

"Há dois aspectos que perduram nos cinqüenta anos. O primeiro é que tanto na missão inicial que se referia à defesa do Império, como na atual, que se refere à defesa da Democracia Ocidental, os cursantes militares voltam para suas funções com uma visão mais ampla de suas atribuições na defesa e dos problemas a ela correlatados; e, os civis voltam mais conhecedores dos problemas de defesa; todos, portanto, mais habilitados para as decisões em suas áreas de responsabilidade".

"O segundo aspecto que se nota ao longo de cinqüenta anos é a existência de laços que unem todos os que freqüentaram a Instituição, que são fortalecidos com o passar dos tempos, permitindo e facilitando a solução de problemas de toda ordem, em benefício de serviço. Julgo que estes dois aspectos continuarão a existir quaisquer que sejam as variações curriculares e a composição do corpo de cursantes".

Com a mesma filosofia básica do "Imperial Defense College", seguiu-se a criação do "National War College", nos Estados Unidos da América e, há trinta e quatro anos, da Escola Superior de Guerra, no Brasil.

Asseguramentos

Para se opor à guerra totalizante teria de ser estabelecida a "defesa total". Essa idéia de "defesa total" foi inspirada do novo entendimento do vocábulo segurança e, em consequência, da expressão "Segurança Nacional". Eisenhower entendia que "Segurança Nacional" é "um estado de prontidão organizada e compreende todo o povo, todos os empreendimentos e todo o governo". O General Lyra Tavares assim se expressou: "Segurança é um estado, ao passo que a Defesa é um ato ou conjunto de atos — diretamente ligado a determinado tipo de ameaça caracterizada e medida. A Defesa organiza-se para o fim especial de repelir um ataque previsto, ao passo que a Segurança, no sentido em que encaramos, é estabelecida como doutrina integral contra qualquer tipo de ameaça que ela própria — a Segurança — torna inoperante e desencoraja".

O conceito atual de "Segurança Nacional" da Escola Superior de Guerra é o seguinte:

"Segurança Nacional é a garantia em grau variável, proporcionada à Nação, principalmente pelo Estado, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares para a conquista e manutenção dos Objeti-

vos Nacionais Permanentes, a despeito dos antagonismos e pressões existentes ou potenciais".

No entanto, o uso impróprio da expressão "Segurança Nacional" bem como a sua má tradução de textos estrangeiros que se referem à "defesa total", vale dizer, em seu sentido Universal de envolvimento total da Nação na defesa contra qualquer tipo de ameaça provinda do exterior, criaram uma imagem distorcida do sentido correto de "Segurança Nacional".

Ao envolvimento total da Pátria no conflito, a "defesa total" compreende a defesa do patrimônio cultural, a defesa do patrimônio moral e ético, a defesa do patrimônio territorial e ecológico, e a defesa das instituições e da Soberania. O inusitado de proporcionar-se segurança de nacionais, frente a ameaças de patrícios, vale dizer, nacionais contra nacionais, trouxe mais dificuldades ao entendimento cristalino de "Segurança Nacional". Ainda, é comum o uso indevido da expressão "Segurança Nacional" para se referir à Ordem na Nação, à harmonia nacional, que é o somatório da ordem jurídica, da ordem política, da ordem social e da ordem econômica.

Outrossim, são aspectos distintos, mas muitas vezes tratados a uma, a "Segurança dos Nacionais", a "Segurança do Estado", a "Segurança do Regime Democrático" e a "Segurança Nacional". Querer colocar todas estas idéias diferentes numa mesma classificação, mesmo didática, numa chave, tem trazido um enfraquecimento no

entendimento correto e necessário de "Segurança Nacional", tão vital para a Nação. Além disso, há dois sentidos para o vocábulo segurança, e é comum verificar-se que, num mesmo texto, misturam-se as duas acepções:

Segurança — no sentido objetivo — *que é ato ou medida de tornar seguro, salvo de agressões, isento de perigo, isento de riscos de acidente (Segurança-Proteção);*

Segurança — no sentido subjetivo — *que é estado ou qualidade de estar seguro; confiança, tranqüilidade de espírito resultante da crença de que não há perigo ou dificuldade a superar; livre de medo ou de qualquer forma de coação física, moral, intelectual e espiritual (Segurança-Condição).*

Sob esta ótica:

Segurança da Nação — *enquanto estado, é a condição de tranqüilidade e confiança resultante do trabalho de todos no sentido de alcançar o Bem-Comum; enquanto ato ("defesa total"), é o conjunto de medidas lícitas, legais e legítimas tomadas pelo Estado, no sentido de neutralizar as ameaças ou agressões que se dirijam contra a harmonia nacional.*

A segurança da pessoa humana deve existir de modo satisfatório nos dois planos em que, como cidadão, se realiza: o do convívio entre as pessoas e o das suas relações com o Estado. No plano do convívio entre as pessoas, refere-se à ordem social que deve ser o resultado do esforço sempre reno-

vado do homem, tendendo sempre a se aproximar de um ideal inatingível de perfeição. A ordem social não preexiste ao homem, mas é criada por ele.

A segurança do cidadão, no plano das suas relações com o Estado tem como referencial básico a normatividade jurídica. Contra a prepotência e os desmandos dos governantes, deve basear-se na certeza jurídica de que determinados procedimentos serão mantidos e outros impedidos. Com a acentuada tendência de mudança das regras do direito positivo, em função das necessidades emergentes do processo de desenvolvimento econômico e social, é imprescindível a fixação de uma base estável, sob cujos parâmetros sejam orientadas as mudanças nas normas jurídicas.

Os direitos humanos, sendo naturais e a-históricos, encontram-se fora da órbita do Estado, criação do homem e, por isso, a ação estatal há de encontrar limites no domínio da liberdade individual. As liberdades públicas contam com garantias políticas e com garantias jurisdicionais. As garantias políticas decorrem do direito de crítica, tanto no que se refere à manifestação de pensamento, como no de serem estabelecidos grupos de pressão sobre os órgãos estatais. São também asseguradas pela separação e independência dos poderes, permitindo-lhes fiscalização mútua na salvaguarda das liberdades. Assim as eleições são instrumentos das garantias políticas, no que se refere ao livre acordo

e desacordo com a política em curso.

As garantias jurisdicionais consistem no independente controle da constitucionalidade das leis e dos atos administrados, no que diz respeito às liberdades públicas e, ainda, na faculdade de serem tanto impostas sanções disciplinares aos responsáveis por violações a essas liberdades, como obrigadas as reparações pelos danos causados.

A *Segurança do Estado*, tem um sentido particular e peculiar. O Estado é a organização de toda a Nação e não um aparelho em mãos do Governo. Os governos são servidores do Estado, e por vontade própria da Nação, e vontade revelada nas urnas. — É a participação efetiva do povo no Governo do Estado.

É o povo que tem um Governo e não o Governo que tem um povo. O Governo deve ser forte somente para defender seu povo. A defesa do Governo é assegurada pela sua legitimidade, da qual decorre a autoridade para as medidas de sua sobrevivência e da Segurança do Estado.

Imposta, a defesa do Governo é violência. Quando a sua legitimidade se enfraquece, ocorrem medidas ditas de segurança, mas que são de manutenção de grupos no poder, que não são medidas legítimas de segurança; são inaceitáveis medidas de representantes contra os seus representados. Não se estará mais protegendo o Estado, mas, sim, determinada concepção política. Nesse caso, o preço da pseudo-segurança do Estado é a in-

segurança total dos cidadãos. É nefasta a idéia de que a defesa do Governo precisa de mais força que a insuperável força da lei.

Outro entendimento particular e peculiar é o da *Segurança do Regime Democrático*. A Segurança do Regime Democrático decorre, simplesmente, da plena confiança nesse regime, o que pressupõe, segundo os cientistas políticos:

- compreendê-lo como regime de tolerância e de convivência das controvérsias;
- o entender que o medo da democracia é muito pior do que a inimizade em relação ao regime democrático;
- a prática integral do estilo de vida democrático;
- a concordância no fundamental, única concepção da vida e do mundo, e discordância no acidental, soluções diversas para os diversos problemas; e
- o domínio da inimizade na coletividade política.

O cumprimento dos pressupostos acima exige:

- estabelecimento e difusão do espírito democrático;
- cidadão imbuído não só da virtude pessoal como da virtude cívica;
- cidadão pronto ao sacrifício contínuo de si mesmo, de todos os seus interesses, envolvendo um desprendimento total, tendo em vista o Bem Comum;
- o respeito à Constituição e às Leis;
- o senso do compromisso, isto é, a busca da solução aceitável por todos;
- o respeito ao próximo;

- a aceitação da participação de todos no poder;
- o direito de conhecimento das causas das medidas, bem como o de discordar das soluções;
- a tolerância, a transigência, o respeito à oposição e ao diálogo.

O cumprimento desses pressupostos assegura a concretização da segurança do regime democrático, que tem seu grande desafio no equilíbrio, na harmonização do idealismo com o realismo, pois o democrata não pode ser um utopista.

O regime democrático não deve ter vocação suicida, com os flancos abertos aos que querem pervertê-lo. A vigência da legalidade implica a contenção do arbítrio dos que governam, mas prevê a utilização de instrumentos jurídicos que deverão ser acionados em momentos de grave crise política, econômica ou político-econômica, com o objetivo de preservar a estabilidade das instituições democráticas.

Democracia não significa ausência de autoridade, mas autoridade dentro da lei. O pior inimigo da Democracia está no íntimo dos homens, se não é concebida como o império da lei, no qual todos se nivelam pelo equilíbrio entre direitos e deveres, prerrogativas e responsabilidades.

A liberdade sacrificada representa perda vital para a Ordem. A defesa da liberdade alicerça a Ordem, em sólidas bases. Um dos maiores desafios aos regimes democráticos é a busca de conciliação das liberdades com a necessidade de Ordem. Só a liberdade po-

de tornar segura a Segurança (Ordem).

Sem a garantia dos direitos humanos, a Ordem é tirania e o Desenvolvimento é privilégio. Ordem e liberdade são interdependentes e individualmente indispensáveis.

Finalmente,

Segurança do Regime Democrático, enquanto estado, é a resultante da total vivência democrática pelos cidadãos; enquanto ato, é o conjunto de medidas lícitas levadas a efeito pelos cidadãos e pelas instituições nacionais, devidamente legitimadas, no sentido de anular agressões de qualquer natureza e origem, que tentem romper a harmonia democrática nacional.

É imprescindível um conjunto de normas tipificando os crimes que possam ser cometidos contra a Segurança dos Nacionais, a Segurança da Nação, a Segurança do Regime Democrático, a Segurança do Estado e a Segurança Nacional, incluindo o entendimento sobre cada uma delas bem como autorizando as medidas de prevenção e repressão que a própria sociedade reclama. A confusão e a exacerbação nesses diversos conceitos acontece nos sistemas supressivos da liberdade onde, sob as deformidades impostas à figura do Estado, é desnorteada e oprimida toda a Nação.

O problema de "asseguramento" é um problema de limite, de equilíbrio, de boa fé. O Estado, a Nação, o Regime Democrático, os Nacionais não podem, de per si ou em conjunto, abdicar de seus direi-

tos de defesa, mas cada um deve ter o seu circunscrito ao âmbito próprio.

A tipificação dos atos criminosos, definidos com cautela e precisão, sob inspiração dos postulados democráticos, permitirá à Justiça, na esfera e nos níveis de sua atuação, o eficiente processamento e julgamento dos delitos cometidos. Será evitado que a função penal degenera de instrumento de justiça em meio de castigar os atos de criminalidade duvidosa.

O confronto Poder versus Oposição é a força motora da História em todas as sociedades. A partir dos interesses dos que estão no poder, pode-se inferir os interesses dos que não o possuem e assim chegar-se à identificação dos rumos corretos que levam ao desenvolvimento e harmonia nacionais.

A Democracia haverá sempre de conviver com a inquietação e a diversidade de opiniões, fontes permanentes da renovação e do progresso. Entre os regimes políticos, é aquele que exige o mais alto nível e a mais íntima ligação entre governantes e governados. No entanto, ao direito de haver oposição, deve corresponder, para o Governo, o direito de governar.

A Democracia é um regime político baseado em três princípios fundamentais: o da relatividade, o da rotatividade e o da reciprocidade do poder.

Quanto à legitimidade do uso do poder, indispensável à vivência democrática em uma Nação, tem-se:

Legitimidade de origem, isto é, legitimidade do acesso ao po-

der, decorrente de explícita outorga de faculdades governamentais, pela Nação, a um de seus membros. É a origem popular do poder.

Legitimidade corrente, isto é, legitimidade do uso do poder; esta, só a possuem aqueles que exercem o poder de modo a assegurar à Nação, que todos os meios disponíveis, ao serem empregados, não discrepam dos anseios autênticos e predominantes da própria Nação.

Legitimidade teleológica, ou legitimidade da destinação do poder, que não deverá ser utilizado em detrimento da Nação, seja na hipótese de levá-la a buscar o atingimento de objetivos espúrios, seja na de pretenderem os governantes fazer uso do poder em benefício próprio, em lugar de orientar todos os esforços na busca do Bem Comum.

A falsa legitimidade é pior do que a ausência da legitimidade. É a consagração da impostura. E a corrupção é a expressão moral mais comum, secreta e tortuosa da impostura. E a preservação do poder, a todo custo, torna necessários o centralismo, o elitismo e a repressão, acompanhados pela ineficiência, pela estagnação e pela alienação.

DEBUXO DA CONJUNTURA

Confronto de Forças

Se não estamos sofrendo diretamente o confronto nuclear, precisamos nos preocupar com a reali-

dade de sua existência, com a realidade do desenvolvimento de arsenais exóticos e tecnologicamente inovadores. As armas termonucleares estão aí, com poder de destruição praticamente ilimitado, frente a cidades e populações extremamente vulneráveis.

O permanente confronto entre a capacidade de destruição e a capacidade de defesa favorece a primeira, por mais raros que sejam os métodos defensivos de destruição de mísseis ou ogivas; por mais que se enfrentem todos os desafios científicos referentes às contramedidas de agressores, agravados ainda pela difícil discriminação entre alvos e não-alvos e, ainda, pela vital e complexa proteção do próprio sistema defensivo.

Os que vivem sob a direta ameaça nuclear alimentam a esperança de uma defesa infalível, algo praticamente impossível de ser conseguido. Nós, que estamos relativamente distantes dessa problemática, não podemos enterrar nossas cabeças, pensando assim nos isolarmos desse quadro aterrador, real e atual do mundo em que vivemos.

Vale aqui citar as palavras do Embaixador C. A. de Souza e Silva, proferida na ONU (Comitê de Desarmamento):

"Não satisfeitas com a capacidade destruidora das armas instaladas em seus respectivos territórios, as potências nucleares, e particularmente as superpotências, aceleram a disseminação de suas armas nos quatro cantos da Terra. Armas nucleares estão sendo agora, cada vez

mais, instaladas numa base permanente fora de suas fronteiras, seja em terra, no ar ou sob os oceanos, talvez mesmo em zonas onde elas tenham sido proibidas por acordo internacional.

Seus sistemas de orientação e navegacionais já se acham em órbita sobre nossas cabeças, e parece ser apenas uma questão de tempo para que as armas nucleares comecem a circular a Terra como asteróides da destruição final. As superpotências justificam essa persistente proliferação geográfica com a necessidade, e o direito alegado, de protegerem sua própria segurança; mas o direito legítimo das nações não armadas nuclearmente à sua própria segurança em face da ameaça nuclear é sistematicamente negligenciada ou completamente omitida".

A cada evolução do cenário global temos que tomar clara posição, pois só para efeito de estudos é que o quadro econômico mundial é isolado do quadro político-social e do quadro de confronto de forças. Enquanto o desarmamento não for prática de todos, alhear-se ou praticá-lo isoladamente é crime de lesa-pátria.

Mas o Poder Militar deve ser u'a máquina eficiente e neutra, pronta, como tal, para ser aplicada, como última razão, pelo Poder Político. Não lhe cabe, por vocação, outro papel: seja o de juiz, o de moderador ou qualquer outro que traia sua finalidade, destinação e preparo. Se ao Poder Militar fosse permitida a escolha do momento,

do modo e do ponto de sua aplicação, esse seria o poder absoluto.

Quadro Psicossocial

No quadro psicossocial, a humanidade selecionou progressivamente sistemas de valores que respondiam melhor às exigências do convívio e da sobrevivência do maior número possível de pessoas. Em consequência, transferiu-se para a Lei a competência para a solução de questões entre pessoas ou entre estas e o Estado, bem como entre os Estados.

No entanto, quando fraqueja a crença naqueles valores e não se confia na aplicação da Lei, medra a violência em todos os níveis. Na conjuntura atual, os valores morais e espirituais, núcleo de todos os sistemas de valores, apresentam-se violentados, ou por ignorância e desinformação, ou por falta de convicção arraigada, ou mesmo por contestação.

A sociedade que perde a consciência dos valores fundamentais não tem condições de vencer crises, sem que antes haja a recuperação e o respeito de si mesma, pois os princípios morais conferem credibilidade às medidas saneadoras na ordem política, na ordem social e na ordem econômica.

À medida em que for generalizada a crença nos valores morais e espirituais, com a conseqüente vivência por todos, a solução dos problemas sociais, políticos e econômicos virá em acréscimo.

Por oportuno, ouçamos o Mestre Alceu Amoroso Lima:

“Dir-se-á que tudo isso é do domínio da idealidade e não da realidade. Do plano utópico e não do plano tópico. Não é certo. Tanto os fatos como os princípios, em sua complementariedade, ontológica e histórica, nos levam à conclusão de que aquela adequação dos fatos aos princípios e destes àqueles, constitui um dos dados fundamentais para o convívio humano na base da concórdia e não da discórdia, como acontece em nossos tempos. Não temos o direito de viver apenas no plano dos princípios nem apenas no plano dos fatos. O isolamento de uns em face de outros é que nos leva às peste do fanatismo pela deturpação da fé; ao indiferentismo dos mornos em face do amor, e ao fantasma da guerra fria que é a negação da paz. O pecado maior dos nossos tempos não será, justamente, essa criminoso primazia dos Fatos sobre a intrínseca primazia dos Princípios”.

Quadro Econômico

Não existe Democracia econômica de um lado e Democracia política de outro — ela é um fenômeno indivisível. A relação entre o desenvolvimento econômico e a Democracia é das mais instáveis e difíceis, uma vez que a ordem econômica deve respeitar a modelagem determinada pela ordem jurídica, pela ordem política e pela ordem social.

Sem a liberdade na economia, a liberdade política é fictícia. Só

uma relação econômica de equilíbrio entre os nacionais permite que haja uma boa relação política. Trata-se da extensão do regime democrático, da ordem política, à ordem econômica e social. Ou a sociedade democrática resolve o problema econômico por meio democrático ou deixa de ser sociedade democrática. Contudo, a Democracia dispõe, e só ela, de uma dinâmica interna capaz de fazê-la evoluir de uma democracia política a uma democracia também social e econômica.

Desenvolvimento Nacional, enquanto estado, seria o atingimento pleno do Bem Comum, o que é utópico; ou, a Nação satisfeita com o estágio atingido, o que é estagnação; enquanto ato, são as medidas levadas a efeito pelos cidadãos e pelas instituições nacionais, no sentido de continuar perseguindo o Bem Comum.

A economia brasileira já está entre as dez primeiras do mundo. Como corolário, tem-se a dimensão global dos interesses nacionais, tanto pela variedade dos itens a serem exportados ou importados, como pela conveniência da diversificação de mercados compradores e fornecedores, com o objetivo de se garantir certa regularidade no nível de negócios. Essa diversidade da presença leva a uma política externa cada vez mais mundial.

Outrossim, nenhum dos países das Américas tem, como o Brasil, fronteira com dez outros. À medida que nos aproximamos significativamente de nossas fronteiras, pela rápida e crescente interiorização, são gerados originais proble-

mas de convívio limítrofe. Isto tudo ocorre dentro de um quadro geral de crescente união dos povos pela comunicação universal, bem como pela crescente interdependência econômica que, para muitos, já influi até no conceito de soberania absoluta.

O desenvolvimento da economia internacional tornou-se fator crítico para os países, uma vez que para cada um deles: crescimento econômico, empregos, estabilização de preços, etc., dependem todos, substancialmente, de ocorrências externas. Dependem, outrossim, da interação entre eles, dos seus níveis de desenvolvimento e das suas políticas internas.

Outro fato que afeta todos os países é o aparecimento de importantes agentes não-nacionais no panorama econômico internacional. As entidades privadas transnacionais que operam, com frequência, fora do controle direto de qualquer governo, reduzem o poder soberano dos países, em geral.

A importância crescente dos negócios internacionais, isto é, das exportações e das importações, gera, para os países, a necessidade de busca de um sistema de trocas liberal e internacional. No entanto, internamente, em cada país, cresce a oposição à entrada crescente de bens alienígenos nas suas economias, criando-se resistências às medidas liberalistas no campo das trocas internacionais.

Em suma, há novas e importantes pressões do comércio internacional sobre a economia dos países e, igualmente, novas restrições do-

mésticas nos países às políticas econômicas externas por eles praticadas. No entanto, a interdependência econômica traz substanciais benefícios à economia mundial pelo significativo aumento na quantidade e diversidade de bens e serviços que proporciona.

Se os países fossem compelidos a limitar seu consumo os bens produzidos no âmbito interno, cairiam substancialmente os padrões de vida do mundo inteiro. Os ônus da interdependência, definidos de maneira ampla, relacionam-se com as limitações que ela impõe à liberdade de ação isolada e com a concomitante e crescente necessidade da coordenação internacional das políticas econômicas individuais.

Deve vigir uma interdependência horizontal entre países que procuram harmonia nos seus interesses, e não uma interdependência vertical, quando há predomínio de uns sobre os outros. Por oportuno, não menos importante é a busca do desejável equilíbrio entre as razões econômicas e as razões de segurança, assim como um desejável equilíbrio entre as razões de produção econômica e as razões de proteção ambiental.

A presente crise econômica é mundial, significando, pela sua globalidade, que ela não é produto de modelos econômicos, pois atinge, a uma, países de políticas e sistemas diversos. Chegou-se a um ponto de inflexão, no qual haverá de ser efetuada uma análise dos erros cometidos, tanto em escala

mundial, como no âmbito interno de cada país.

É relativamente fácil a crítica às linhas de ação adotadas quando já realizadas, com sucesso ou insucesso. Em geral, todas as críticas tratam do econômico isolado do político e do social, nas épocas da adoção das medidas. Seria válido que fossem considerados os limites do social e do político impostos aos governantes nas épocas da adoção das soluções econômicas, bem como fossem considerados os limites do social e do político ao serem implementadas futuras medidas, principalmente para o estabelecimento do grau de austeridade e de restrição econômica.

O moral nacional precisa ser sempre realimentado com autorizado esclarecimento sobre o quadro econômico-financeiro, fruto que é também da sagacidade de instituições financeiras internacionais; da artimanha de vendedores, de credores e de compradores; de guerras ideológicas e de conquista; com os conseqüentes choques, protecionismos, deteriorações nas relações de troca, altos juros, etc.

As medidas econômicas que não tenham respaldo político não têm sentido ou efeito eficaz para o corpo social, não somam e não atingem as forças sociais e econômicas. As energias da sociedade só são totalmente mobilizadas quando na disputa do voto há a defesa de propostas, a um tempo políticas, sociais e econômicas, e vence uma delas — aí estarão totalmente acionadas as energias de homens livres.

A alma de um povo democrático, por isso de vocação irredentista, não se sacia com Renda "Per Capita", com Produto Interno Bruto, com Milagre Econômico, com Balança de Pagamentos, e outros que tais; mas, sim, com liberdade, com ordem, com justiça, com participação, com igualdade de oportunidade, vale dizer — com plena vivência democrática.

O consenso em torno de uma estratégia de ajustamento permitirá uma real e confiável distribuição equitativa dos sacrifícios, uma redução honesta e adequada nas expectativas, gerando o conforto de uma situação econômica que, embora modesta, seja satisfatória.

Quadro Político

No quadro de política externa, se o alinhamento automático é subalterno, o desalinhamento gratuito é igualmente pernicioso — pela falta de isenção no julgamento de países que têm aspirações idênticas às nossas e interesses conciliáveis.

No quadro de política interna, para o reordenamento democrático, a nível nacional, é fundamental que a Carta Magna deixe de ser uma colcha de retalhos. As eleições passadas — verdadeira festa nacional — surpreenderam, ensinaram e motivaram a todos, ficando como um marco histórico na vida política do País.

A democracia exige, como condição vital, que o processo político seja conduzido por liderança legitimada pelo voto. É freqüente a incoerência de desejar-se o re-

gime democrático e de não valorizar-se, ao mesmo tempo, a política e os políticos.

A atividade política é a seiva alimentadora do regime democrático, que é o regime do diálogo e da negociação. Se as elites dirigentes se distanciam da atividade política, também todas as medidas por elas implementadas fogem da realidade social e econômica e não são fiéis às aspirações do corpo social.

O turbilhonamento político, largo ou estreito, alto ou baixo, precisa ser aceito como parte essencial da vida democrática dos nacionais, de uma sociedade que faz mais do que pedir providências ao Governo. No regime democrático, nunca reina a calma ordeira dos regimes de força.

Uma falsa alternativa são as medidas violentas, revolucionárias, que vão introduzir ordenamentos ainda mais imperfeitos, revestidos de dogmatismo triunfante, vale dizer, uma ordem aparente e imposta com uma eficácia ilusória e uma corrupção alarmante. O comportamento político não pode ser aperfeiçoado à força. A fé, a crença e a esperança, conseqüentes da vivência democrática, da participação dos cidadãos nas decisões políticas, gerará um novo tipo de desempenho dos brasileiros na década dos oitenta, fazendo florescer uma "Sociedade Solidária e Radiante".

A Escola Superior de Guerra é um dos centros de irradiação de idéias sobre Segurança e Desenvolvimento, com vocação nata para a problemática da primeira, fo-

calizando o Desenvolvimento sob a ótica de seu asseguramento.

Por isso, nosso Ciclo de Estudos, que é um compacto do Curso Superior de Guerra, nos esclarecerá sobre as conclusões nele elaboradas nas últimas três décadas e sobre a metodologia nele desenvolvida para a realização de planejamentos a nível nacional, sendo que a parte correspondente às idéias básicas, aos fundamentos é idêntica à do Curso Superior de Guerra, pois é realizado por elementos que atualmente integram a ESG.

E os diplomados da Escola Superior de Guerra, pela sua Associação (ADESG), cooperando para com a difusão, por todo o Brasil, dos estudos e trabalhos elaborados na Escola, (construindo mais ciência sobre fatos políticos, econômi-

cos, psicossociais e militares), contribuem, assim, para edificar maior coesão interna.

E coesão interna é associação íntima, é coexistência. A tolerância e a paciência à altura da esperança viabilizam a passagem da coexistência para a convivência. Democracia é a organização dessa convivência entre elementos desiguais e heterogêneos, ou seja, sociedade coesa embora de constituição díspar.

Portanto, é a aptidão para a convivência que fundamenta a Democracia. Desenvolver a aptidão para a convivência é o que buscamos, confiantes de que haja três vitórias:

do primado da paz sobre a guerra;

do debate sobre o embate, e, da inteligência sobre a violência.



O Major Brigadeiro (RR) Luiz Carlos Aliandro é da turma de Aspirantes a Oficial Aviador de 12 de agosto de 1944. Entre as diversas e importantes missões militares desempenhadas ao longo de sua carreira, foi o primeiro Comandante do Núcleo de Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro, Diretor do Curso Superior de Guerra e Chefe do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra. É atualmente Presidente da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra), Brasília, DF.